



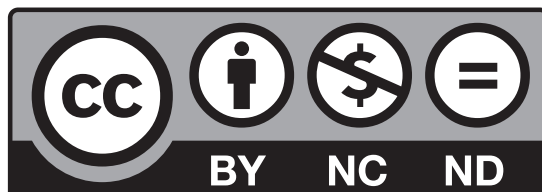
Módulo 06

Introdução aos Investimentos

2018



Esta obra é disponibilizada de acordo com os termos da licença Creative Commons
Atribuição - Uso não comercial - Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Brasil (by-nc-nd)



Tem o direito de:

Compartilhar

Reproduzir, distribuir e transmitir o trabalho

De acordo com as seguintes condições:



Atribuição

Tem de fazer a atribuição do trabalho, da maneira estabelecida pelo autor ou licenciante (mas sem sugerir que este o apoia, ou que subscreve o seu uso do trabalho).



NãoComercial

Não pode usar este trabalho para fins comerciais.



Trabalhos Derivados Proibidos

Não pode alterar ou transformar este trabalho, nem criar outros trabalhos baseados nele.

Esta é uma descrição simplificada baseada na licença integral disponível em:
creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/br/legalcode

Sumário

Apresentação	4
As dimensões dos investimentos	6
Retorno	6
Risco	9
Liquidez	11
A relação risco x retorno	13
Objetivo do investimento	14
O prazo	14
A disponibilidade dos recursos	14
Risco do objetivo	15
Adequação do investimento ao objetivo	16
Perfil de risco	18
Capacidade de assumir risco	18
Disposição em assumir risco	19
A importância da diversificação	22
Cuidados ao investir!	23
Considerações finais	25

Apresentação

Olá, aluno!

Como visto nos módulos anteriores deste curso, o hábito de poupar é essencial para o bem-estar financeiro, pois, além de contribuir para a tranquilidade financeira das famílias, é essencial para a conquista dos sonhos.

Mas poupar não é suficiente. É preciso também investir o dinheiro poupado. Investindo, é possível aumentar o patrimônio pessoal e familiar. Nesse ponto, surge uma importante decisão da vida financeira pessoal: onde investir?

Alguns têm essa resposta na ponta da língua, e citam opções como a caderneta de poupança, CDB bancário ou título público negociado no Tesouro Direto. Isso provavelmente porque ou são os únicos tipos de investimento que conhecem, ou porque se limitam a opções mais conservadoras. Outros se comportam de maneira oposta, e na tentativa de conquistar o maior retorno possível buscam respostas do tipo: qual o melhor investimento que existe?

Mas será que esses comportamentos são os mais adequados? Será que existe o melhor investimento, em qualquer ou para qualquer situação? A resposta, para as duas questões, é não. Nem sempre a melhor alternativa são os investimentos mais conservadores, da mesma forma que não é aconselhável olhar somente para alternativas em que se espera o maior retorno. Nesse sentido, o que fazer?

Na prática, as alternativas de investimento disponíveis no mercado são muitas. Para citar apenas algumas, Caderneta de Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Letra de Câmbio (LC), Certificado de Operações Estruturadas (COE), Títulos Públicos negociados no Tesouro Direto, Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Ações, Debêntures, Derivativos, Fundos de Investimento de Renda Fixa, Fundos de Investimento em Ações, Fundos Multimercados. Conhecer todos esses produtos e, principalmente, saber em quantos e em quais investir, não é tarefa simples.

Este módulo de introdução ao mundo dos investimentos propõe uma reflexão sobre diversos conceitos e aspectos fundamentais, para que se possa tomar uma decisão de investimento mais consciente e planejada.

No primeiro tópico, serão apresentadas as principais dimensões dos investimentos. Em seguida, comenta-se sobre a importância de definir o objetivo para o investimento, e como essa definição pode ser utilizada como um primeiro filtro para selecionar classes de ativos. Na sequência, destaca-se a importância de conhecer e respeitar o perfil do investidor e de ter uma carteira de investimentos diversificada. Por fim, são apresentados alguns cuidados que se deve ter antes de investir, para evitar cair em fraudes e esquemas ilegais.

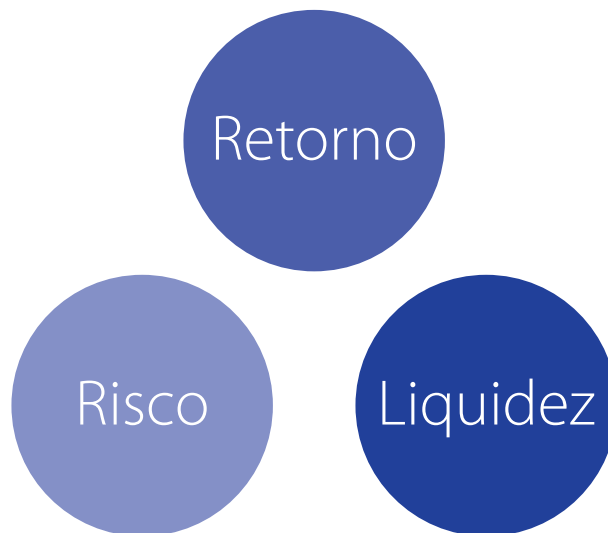
Importante

Não existe o melhor investimento, o que existe é o investimento mais adequado a um objetivo e perfil de risco.

As dimensões dos investimentos

Importante etapa no processo de tomada de decisão de investimentos é conhecer as dimensões dos investimentos. É entender as principais características que definem um determinado tipo de ativo.

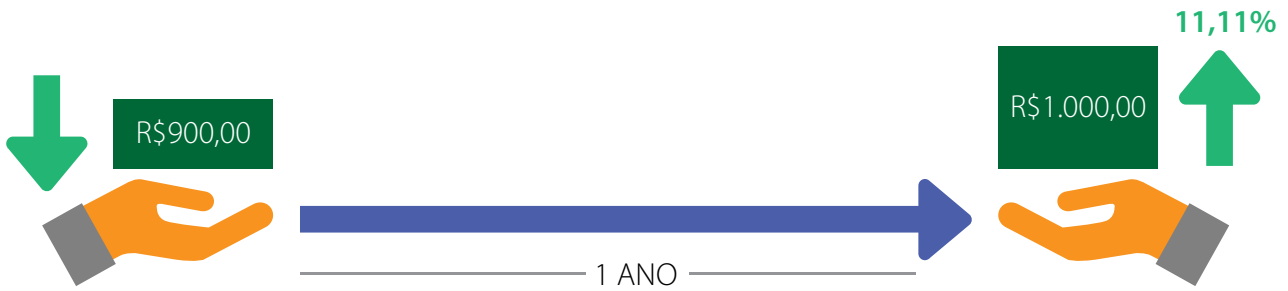
Em geral, os investimentos podem ser caracterizados por três diferentes atributos: retorno, risco e liquidez (o que também é um risco, mas aqui será tratado de forma separada).



Retorno

Quanto ao retorno, os investimentos podem ser de renda fixa ou renda variável. Nos investimentos de renda fixa, a remuneração, ou sua forma de cálculo, é previamente definida no momento da aplicação. Se o investidor conhece exatamente o valor que receberá no vencimento, o título é chamado de renda fixa pré-fixado. Caso contrário, se apenas a forma de cálculo da remuneração é conhecida, o investimento é de renda fixa pós-fixado. Nesse caso, consegue-se apenas uma estimativa de qual será o valor resgatado no vencimento.

Imagine, por exemplo, que uma hipotética empresa XYZ esteja precisando de recursos e decida procurar investidores interessados em lhe emprestar dinheiro. Para isso, a empresa oferta um título ao preço de R\$ 900,00 hoje, que “promete” pagar o valor de R\$ 1.000,00 daqui a exatamente um ano. Nesse caso, sabe-se exatamente qual será o valor do título no vencimento, portanto esse título é considerado um investimento de **renda fixa pré-fixado**.



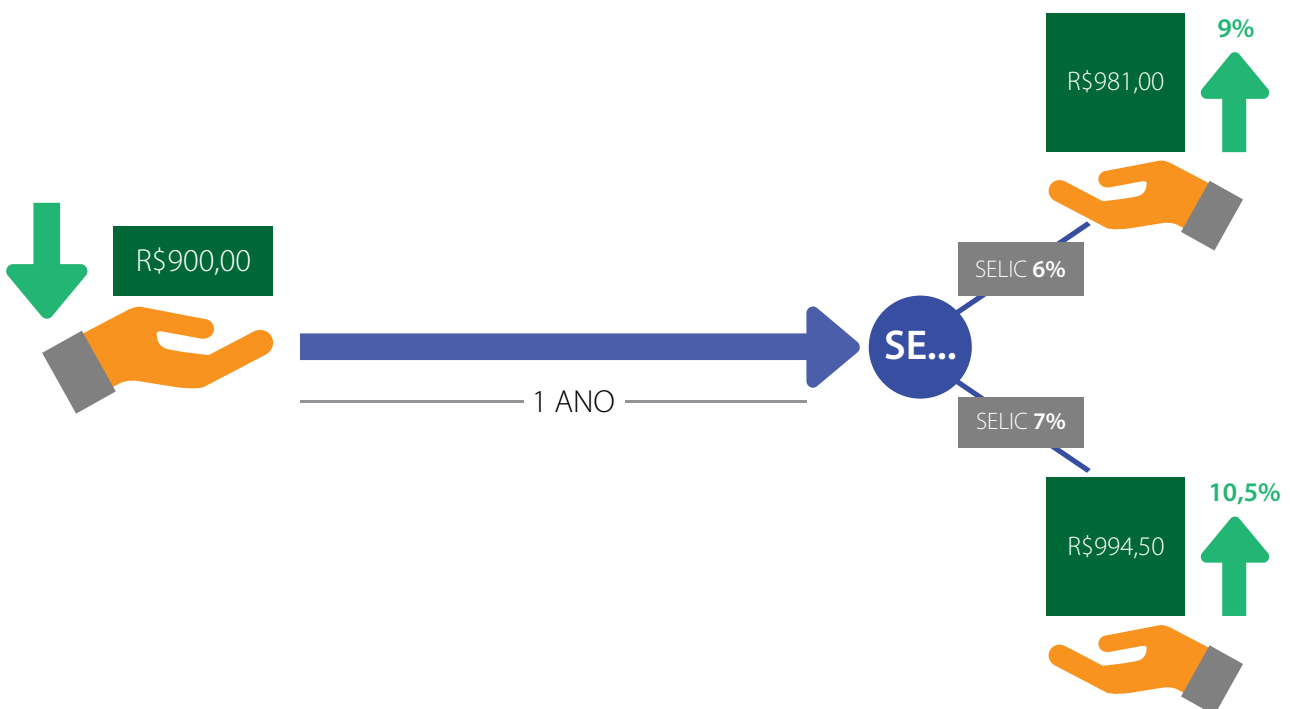
Vejam nesse caso, que, sob a perspectiva do investidor, ele investiu hoje R\$ 900,00, e sabe exatamente qual o valor, e conseqüentemente, qual a rentabilidade, 11,11%, que ele terá (caso a empresa honre seu compromisso).

Em outra hipótese, a empresa poderia ofertar o título hoje por R\$ 900,00, se comprometendo a, no vencimento, pagar esse valor atualizado com base em uma determinada taxa de referência do mercado, como a taxa SELIC. A empresa poderia, por exemplo, oferecer aos interessados 50% a mais que a rentabilidade da SELIC no período (150% da taxa SELIC).

Saiba mais:

As taxas de referências mais utilizadas nos títulos de renda fixa pós-fixados são a SELIC e a DI.

Assim, se a rentabilidade da SELIC no período for de 6%, a empresa pagará pelo título, no vencimento, a taxa de 9%, devolvendo ao investidor o valor de R\$ 981,00. Caso a SELIC tenha sido 7%, a rentabilidade do título será de 10,5%, e a empresa pagará pelo título o valor de R\$ 994,50.



Observem que não há como saber previamente, a não ser por estimativas, qual será o valor a ser resgatado no vencimento, porque não se sabe de antemão qual será a remuneração da SELIC no período considerado para poder calcular a rentabilidade do título. Trata-se, portanto de um investimento em renda fixa pós-fixado.

Importante

O termo pós-fixado vem justamente do fato de o valor de resgate do título ser definido somente após conhecida a rentabilidade da taxa de referência.

Cabe destacar que existem alguns títulos de renda fixa no mercado que mesclam essas duas formas de remuneração, pré e pós-fixada. Nesse tipo de título, o emissor oferece parte da remuneração atrelada a uma taxa de referência e outra parte fixa. Esse modelo é comum nos títulos indexados à inflação que oferecem o retorno de um índice inflacionário, como o IPCA, e mais uma taxa de juros pré-fixada definida no momento do investimento.

Os investimentos de renda fixa são muito comuns no mercado. Alguns exemplos são: títulos bancários, como o CDB, a LCI e a LCA; títulos públicos, como os negociados no tesouro direto; e títulos de dívida emitidos por companhias, como as debêntures.

Saiba mais:

Debêntures: A debênture é um título de crédito privado, um valor mobiliário emitido por sociedades por ações, representativo de dívida, que assegura a seus detentores o direito de crédito contra a companhia emissora.

Em qualquer caso, observe que ao investir em um título de renda fixa, seja ele emitido pelo governo, banco ou outra empresa privada, o investidor está emprestando dinheiro ao emissor do título que, em contrapartida, se compromete a devolvê-lo (denominado “principal”), depois de certo período, acrescido dos juros pactuados (pré ou pós-fixados), como forma de remuneração do empréstimo.

Importante

Renda Fixa não significa renda garantida. Assim como em qualquer investimento, sempre existe a possibilidade de perda do capital investido, no todo ou em parte.

Nos investimentos em títulos de renda variável, por outro lado, o investidor não sabe, de antemão, qual será a rentabilidade da aplicação. Como o nome sugere, em renda variável o retorno é variável, depende de inúmeros fatores. Em um período pode ser positivo, em outro negativo.

Para esclarecer, imagine que a empresa de nosso exemplo decida por outro modelo de captação de recursos. Em vez de oferecer títulos que representem um empréstimo, ela poderia ofertar ao mercado um título que represente parte de seu patrimônio, como uma proposta de sociedade, de participação. Assim, ela estaria oferecendo aos investidores uma pequena parcela do negócio, com condições específicas, de modo que, se o negócio prosperar e der lucro, os investidores ganhariam uma parcela desse lucro.

Vejam que, nesse modelo, não há qualquer condição de remuneração e rentabilidade pré-definida para o título. Não se sabe se haverá retorno, nem quando ele ocorrerá. Essa característica é inerente aos investimentos em renda variável.

Ao investir em renda variável, o investidor está aportando recursos em um título patrimonial, e a sua rentabilidade dependerá dos resultados futuros da empresa em que se está investindo. Nesse modelo, a empresa que capta os recursos não tem nenhuma obrigação de devolver ou recomprar o título. No mercado, o exemplo mais conhecido de investimento em renda variável são as ações.

Saiba mais:

Ações: Uma ação é a menor parcela do capital social das companhias ou sociedades por ações. É, portanto, um título patrimonial e, como tal, concede aos seus titulares, os acionistas, todos os direitos e deveres de um sócio, no limite das ações possuídas. O acionista participa do lucro da companhia por meio do recebimento de dividendos e de bonificações.

Risco

“ Não há investimento sem risco. ”

Nem sempre o retorno que se espera conseguir em um investimento será de fato alcançado. No momento de fazer uma aplicação tem-se apenas uma expectativa da sua rentabilidade, conhecida no mercado como retorno esperado do investimento. É o quanto se espera ganhar ao investir em determinado ativo. Porém, somente com o passar do tempo, no momento do resgate da aplicação, é que se conhecerá exatamente qual foi o retorno obtido.

Quando falamos em investimentos de renda variável isso é simples de perceber. Mas isso ocorre inclusive em investimentos de renda fixa. No exemplo da empresa XYZ, não há nada que garanta que o título de renda fixa pré-fixado será realmente pago na integralidade

no vencimento. E se a empresa não tiver recursos para honrar o compromisso? Além disso, e se antes do vencimento o investidor tiver interesse em se desfazer do investimento? A empresa aceitará resgate antecipado? Haverá outros investidores interessados em negociar o título? Será fácil vendê-lo? A qual preço?

Portanto, sempre há alguma incerteza em relação ao retorno dos investimentos. Risco pode ser considerado como a medida dessa incerteza. Ou seja, risco em finanças pode ser entendido como a chance de o retorno obtido em um investimento ser diferente do esperado. Essa diferença pode ocorrer por diversos motivos, razão pela qual é costume classificar os diferentes tipos de risco em: risco de mercado; risco de crédito; riscos operacionais e legais, além do risco de liquidez que trataremos neste curso em tópico específico.

Risco de Mercado

O risco de mercado está relacionado com a oscilação do preço dos ativos. Decorre de condições econômicas, como o PIB, a taxa de desemprego, a renda, a inflação, os juros, o câmbio, de questões políticas e de confiança, e também de aspectos inerentes ao próprio negócio ou ao segmento em que se está investindo. Todos esses fatores possuem estreita relação com a formação de preços dos ativos de investimentos, de maneira que variações neles, ou em suas expectativas, provocam oscilações no valor dos títulos.

Em geral, os ativos de renda variável são os que apresentam maior risco de mercado, seguidos pelos ativos de renda fixa pré-fixados e então pelos pós-fixados.

Risco de crédito

Mas o risco de mercado não deve ser o único ponto de atenção dos investidores. É preciso lembrar que o investimento em títulos de dívida representa um empréstimo. Ou seja, na prática o investidor empresta uma quantia hoje ao emissor do título, que se compromete a devolvê-lo em determinada data, conforme as condições estabelecidas.

Mas pode acontecer de o emissor, por alguma razão, não honrar a sua dívida com o investidor. Portanto, sempre existe o risco de o tomador da dívida, o emissor do título, não pagar ao investidor os juros combinados ou mesmo parte ou o total da dívida. Esse risco é chamado de risco de crédito.

No exemplo da empresa XYZ, em qualquer dos dois casos de emissão de títulos de renda fixa, a empresa poderia no vencimento alegar falta de caixa para honrar seus compromissos e então renegociar prazos e valores.

Durante uma crise econômica, por exemplo, algumas empresas podem ser ver diante de uma redução muito forte nas receitas, de forma que, sem condições de reduzir proporcionalmente os custos, passem por um período de aperto financeiro, de modo a não conseguir cumprir com todas as dívidas.

Além disso, questões setoriais, relacionadas à concorrência, produtos e novas tecnologias, ou mesmo questões internas como má-gestão, também podem provocar situação similar.

No mercado financeiro, existem as chamadas agências de classificação de risco de crédito (ou simplesmente agências de rating), que analisam e classificam as empresas, ou mesmo os países, de acordo com o risco de não pagarem as suas dívidas no prazo determinado. Quanto maior a probabilidade de não pagamento, pior a classificação. Cada agência utiliza a sua própria simbologia, mas em geral se utilizam as letras A, B, C e D para representar a escala de probabilidade, sendo a letra A, a melhor classificação.

Importante

Antes de investir em títulos de dívida, o investidor deve sempre estar atento à capacidade de pagamento do emissor.

Risco Legal e Operacional

O risco legal, como o nome sugere, tem relação com possíveis questões legais que podem causar problemas no cumprimento das condições pactuadas. Defeitos jurídicos, por exemplo, que impeçam ou dificultem o exercício dos direitos estabelecidos nos títulos ou contratos, permitindo ao devedor ou tomador não honrar as obrigações assumidas.

Importante

Lembre-se, os emissores e as ofertas de investimentos em valores mobiliários são regulamentadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Para reduzir o risco legal é fundamental investir somente em empresas e ofertas autorizadas e/ou registradas na CVM.

O risco operacional, por sua vez, reflete possíveis falhas em equipamentos, sistemas, ou mesmo humanas que possam colocar em risco o controle e o gerenciamento das negociações, custódia e/ou liquidação dos títulos adquiridos ou vendidos.

Liquidez

Liquidez em finanças pode ser entendida como a facilidade com que determinado ativo pode ser convertido em moeda (vendido) a um preço justo.

Pense por exemplo em um empresário sócio de uma padaria. Se ele desejar vender a sua parte no negócio, será que ele conseguiria negociar rápido? E a um preço justo? A mesma pergunta pode ser feita para um imóvel. Claro, há exceções, mas em geral, uma negociação dessas pode demorar meses, ou até anos.

Portanto, quanto mais fácil for resgatar o investimento ao seu valor justo, maior será a **liquidez** do investimento. Ora, pensar na liquidez no momento de investir é muito importante, porque

alguns objetivos exigem que o dinheiro esteja disponível para o investidor. Ou seja, os investidores podem precisar se desfazer do seu investimento em algum momento. Nesses casos, se o dinheiro estiver aplicado em um investimento sem liquidez, o investidor ou não conseguirá levantar os recursos necessários ou precisará vendê-lo a um preço abaixo do seu valor justo.

Nos investimentos de renda variável, essa característica é manifesta, uma vez que os emissores não assumem a obrigação de recomprar ou resgatar o título. Assim, é importante se preocupar em como “sair” do investimento caso surja a necessidade.

No caso das ações de companhias abertas, os investidores podem negociar na bolsa de valores, por intermédio das corretoras. Nesses casos, a liquidez é determinada pelo volume de ofertas de compra e venda da ação. Quando o volume de ofertas diárias é alto, os valores negociados tendem a estar próximos do valor justo da ação. Caso contrário, a falta de ofertas pode fazer com que os valores se desviem significativamente do seu valor justo. O mesmo acontece com os Fundos Imobiliários negociados em bolsa de valores.

Saiba mais:

Fundos Imobiliários: Fundos Imobiliários (FII) são fundos de investimento destinados à aplicação em empreendimentos imobiliários, o que inclui, além da aquisição de direitos reais sobre bens imóveis, o investimento em títulos relacionados ao mercado imobiliário, como letras de crédito imobiliário (LCI), letras hipotecárias (LH), cotas de outros FII, certificados de potencial adicional de construção, (CEPAC), certificados de recebíveis imobiliários (CRI), e outros previstos na regulamentação.

Mesmo nos títulos de renda fixa, a liquidez é fator importante. Afinal, no período compreendido entre a data da aplicação e a do vencimento, o investidor pode se interessar ou precisar vender o seu título.

No caso da caderneta de poupança, o investidor pode resgatar o valor a qualquer momento, sem perdas, embora fique sem a rentabilidade do mês, caso resgate antes do dia do aniversário. Já nos CDBs, a liquidez vai depender das condições estabelecidas pelo banco emissor. Em alguns, é diária, já em outros há carência (prazo mínimo de permanência). Esses fatores em geral dependem da rentabilidade negociada. O mesmo acontece com as LCIs e LCAs, que têm prazo mínimo de vencimento.

Os títulos públicos negociados no Tesouro Direto têm recompra diária garantida pelo Tesouro. Mas atenção! Os títulos são recomprados a valor de mercado. Isso significa que se as condições da economia mudam, em especial as taxas de juros, os preços dos títulos variam, em especial os títulos pré-fixados e os indexados à inflação.

A relação risco x retorno

Uma questão importante a ser discutida é se existe alguma relação entre o risco e o retorno esperado de um investimento. Nesse sentido, imagine que existam apenas dois tipos de investimento disponíveis no mercado, A e B. Suponha que ambos apresentem exatamente o mesmo risco, porém o retorno esperado do ativo A é maior do que o do B. Sob essas hipóteses, espera-se, evidentemente, que todos invistam no título A. Afinal, não faria sentido alguém investir no B, se o risco é o mesmo e a rentabilidade é menor.

Dessa forma, a alta demanda pelo título A faria com que, aos poucos, a sua rentabilidade caísse, enquanto a baixa demanda pelo ativo B faria com que a sua rentabilidade aumentasse, até que se atingisse um ponto de equilíbrio. Fenômeno similar ocorre com títulos que possuem diferentes níveis de risco.

O que acontece, na prática, é que, quanto maior for o risco de um investimento, maior deverá ser o seu retorno esperado. Ou, de outra forma, quanto maior o retorno esperado de um investimento, maior, provavelmente, será o seu risco.

Essa relação direta entre risco e retorno nos investimentos é uma máxima do mercado financeiro, de forma que, sempre que há percepção de desvio nas condições de risco e retorno esperado de um ativo, o seu preço tende a se ajustar.

Importante

Quando for investir procure sempre analisar o retorno e o risco conjuntamente. A análise apenas do retorno pode levá-lo a realizar investimentos com risco superior ao que estaria disposto a correr. E desconfie sempre de investimentos que prometam retornos milagrosos ou muito fora da realidade do mercado, pois os riscos inerentes podem ser muito altos. Em alguns casos, podem ser até mesmo uma fraude.

Lembre-se:

Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

Objetivo do investimento

Poupar significa guardar dinheiro, deixar de consumir algo que poderia ter sido consumido no presente. E para quê? Ora, para utilizar em algum momento no futuro. Ninguém guarda dinheiro por nada. Há sempre um objetivo.

Investir o dinheiro poupado é um meio de ajudar na conquista desses objetivos. Assim, antes de investir é preciso responder à seguinte pergunta: o que pretendo fazer com o dinheiro? Se você ainda não tiver a resposta, pare e reflita. Definir o objetivo é o primeiro passo para um investimento consciente.

Constituir reserva para emergências, poupar para a aposentadoria ou para a independência financeira, juntar dinheiro para a entrada da casa própria, ou para uma reforma, para comprar ou trocar de carro, para uma viagem, estudos etc.

Mas não basta simplesmente definir qual o objetivo. Para que se possa encontrar as melhores alternativas de investimento para cada um dos objetivos, é preciso caracterizá-los um pouco mais, em especial no que se refere ao prazo, disponibilidade dos recursos e riscos envolvidos.

O prazo

Quando deseja realizar o seu objetivo? Ao definir um objetivo, por exemplo, juntar dinheiro para a compra da casa própria, defina em qual prazo ou até qual prazo. Será daqui a 03, 05 ou 10 anos? Faça isso para todos os seus objetivos de investimento.

Essa informação será determinante na escolha do investimento. Por exemplo, se o seu objetivo é realizar uma viagem daqui a 01 ano, então não há que se falar em renda variável ou baixa liquidez, pois são características incompatíveis com o prazo. Portanto, a definição do prazo ajuda a reduzir significativamente as opções de investimento que o investidor precisará levar em consideração, o que simplifica o processo de tomada de decisão.

A disponibilidade dos recursos

Além do prazo, é também importante refletir sobre a disponibilidade do dinheiro. Suponha que o seu objetivo seja juntar dinheiro para a aquisição da casa própria daqui a 05 anos. Outra pergunta que se deve fazer é: posso precisar do dinheiro antes desse prazo? Pretendo comprar somente em 05 anos ou se aparecer alguma oportunidade compraria em prazo mais curto? Posso precisar do dinheiro para outro compromisso?

Alguns podem pensar: como saber se vou precisar do dinheiro até lá? Em alguns casos, é mais simples. Uma viagem programada, por exemplo, para uma data específica, não deixa

dúvida. Em outros, pode não ser tão simples. Mas é importante refletir a respeito, porque essa decisão faz diferença na escolha dos investimentos, pois há alternativas que têm prazo mínimo ou carência, e que às vezes oferecem uma rentabilidade um pouco melhor. Mas só vale a pena se o investidor de fato puder abrir mão do dinheiro por todo o período.

Claro, com o passar do tempo, os objetivos e desejos podem mudar, e com isso, os investimentos devem ser redirecionados, de acordo com a disponibilidade necessária para os recursos. Mas o planejamento sempre ajuda.

Além disso, há duas regras importantes que podem ajudar nesse processo. A primeira é constituir inicialmente a reserva para emergências, que deve sempre estar disponível em investimentos de baixo risco e liquidez. Isso ajuda na programação dos demais objetivos de vida, pois caso surjam imprevistos, é possível abrir mão dessa reserva sem que isso interfira nos outros planos. A segunda é mensalmente, e o quanto antes possível, formar reserva para aposentadoria. Assim, os demais objetivos de vida podem ser programados sem colocar em risco a vida financeira futura.

Risco do objetivo

Há um último ponto de reflexão importante quando falamos de objetivos, e tem relação com o que pode dar errado. Ou seja, quais os riscos que podem nos impedir de conquistar nosso objetivo? E por que isso é relevante?

Pense, por exemplo, em uma viagem para os Estados Unidos. Você hoje faz os seus planos e chega à conclusão de que precisa de U\$ 3.500,00 para a viagem, que pretende fazer daqui a dois anos. Se hoje o dólar é negociado a R\$ 3,00, você tem um objetivo de poupar R\$ 10.500,00 em até dois anos. Certo?

Mas se o dólar começar a subir, chegar, por exemplo, a R\$ 3,50, a viagem custará R\$ 12.250,00, R\$ 1.750,00 a mais.

O que se pretende mostrar é que, para quaisquer objetivos há riscos, e conhecê-los, especialmente no que se refere a variáveis econômicas, como câmbio, inflação, renda, emprego, pode ajudar a identificar alternativas de investimento que de alguma forma estejam mais alinhadas a esses riscos ou que forneçam algum tipo de proteção contra eles.

Importante

Inflação é o aumento persistente e generalizado dos preços em uma economia. Portanto, é um risco a que os investidores devem sempre estar atentos, especialmente para os objetivos de médio e longo prazo.

Adequação do investimento ao objetivo

Para cada objetivo definido, e com base nas dimensões dos investimentos, o investidor pode realizar um primeiro filtro, para identificar quais classes de ativos são as mais adequadas a cada caso.

Vejamos alguns exemplos:

Reserva para emergências

As reservas para emergências são de curto prazo e os recursos têm que estar disponíveis a qualquer momento, pois não se sabe quando imprevistos ocorrem. Além disso, o risco é ter perda de capital, uma vez que os recursos estão ali como uma espécie de proteção.

Assim, o que faz mais sentido para esse objetivo é optar por investimentos de renda fixa pós-fixados, de baixo risco e com alta liquidez. Algumas opções disponíveis no mercado com essas características são: Fundos de Investimento de Renda Fixa Simples, Fundos de Investimento de Renda Fixa Referenciados, CDBs bancários com liquidez diária, Caderneta de Poupança, Títulos Públicos pós-fixados negociados no Tesouro Direto, entre outros.

Saiba mais:

Fundos de Investimento: Fundos de Investimento são condomínios constituídos com o objetivo de promover a aplicação coletiva dos recursos de seus participantes em carteiras de ativos disponíveis no mercado financeiro e de capitais. Os fundos são administrados por instituições financeiras e a carteira de investimentos é gerida por um gestor especializado. De acordo com o principal fator de risco da sua carteira, os fundos são classificados em: fundos de renda fixa; fundos de ações; fundos multi-mercados; e fundos cambiais.

Compra da casa própria

Suponha agora o objetivo para compra da casa própria em um prazo de 05 anos, e que os recursos possam ficar indisponíveis. Nesse caso, o investidor consegue ampliar seu leque de alternativas e pode buscar investimentos de renda fixa pré ou pós-fixados, sem necessidade de liquidez imediata, desde que respeitem o prazo definido para o investimento e com risco baixo a moderado.

Isso inclui, além das opções já citadas, alternativas como: Fundos de Renda Fixa, Debêntures, Certificados de Operações Estruturadas – COE, Letras de Crédito Imobiliário - LCI, Letras de Crédito do Agronegócio - LCA, Títulos Públicos pré-fixados ou indexados à inflação negociados no Tesouro Direto, entre outros, e desde que com prazos compatíveis com o investimento.

O ideal, nesse exemplo, é buscar, dentre essas alternativas, aquelas que colaborem para a conquista do objetivo, dados os riscos analisados.

Reserva para aposentadoria

Em outro exemplo, considere o objetivo de formar uma reserva para aposentadoria, em um prazo de 20 anos, em que os recursos possam ficar indisponíveis. O risco da inflação nesse caso é evidente, já que no longo prazo o poder de compra do dinheiro pode ser fortemente afetado.

Nesse caso, o investidor pode considerar alternativas de investimento em renda variável, e a liquidez não é um problema. O investidor já pode considerar, por exemplo, o investimento em ações, ou fundos de ações, fundos multimercados, e fundos imobiliários.

O que se deve ter em mente é que essa etapa é apenas inicial. Para a tomada de decisão final do investidor há ainda outros aspectos importantes para serem considerados, como o perfil de risco e a diversificação, assuntos que serão tratados nos próximos tópicos.

Além disso, lembre-se que, seja no curto ou longo prazo, seus investimentos se destinam a financiar seus planos para o futuro e, portanto, terão que ser adaptados à medida que os planos ou o contexto (político, econômico etc) mudarem.

Por isso, é fundamental acompanhar periodicamente o desempenho dos investimentos, manter-se permanentemente informado e, de tempos em tempos, reavaliar as decisões de alocação, para verificar se permanecem coerentes em relação aos seus planos e ao ambiente que o cerca.

Perfil de risco

No tópico anterior, vimos como a correta definição do objetivo pode influenciar na escolha do investimento. Mas, será que duas pessoas que tenham exatamente o mesmo objetivo, prazo e disponibilidade dos recursos escolheriam a mesma opção na hora de investir? A resposta é, depende.

Imagine por exemplo o objetivo da casa própria. Duas pessoas definem como objetivo juntar dinheiro para dar de entrada na compra de um apartamento daqui a 10 anos. Decidem começar a poupar e investir para isso, e definem que não precisarão utilizar o montante no decorrer desse prazo.

Em uma primeira análise, tende-se a acreditar que os mesmos investimentos atenderiam igualmente às duas pessoas. Mas, não é bem assim. Suponha que uma dessas pessoas tenha 25 anos, a outra 45. A que tem 25, já tem um apartamento que recebeu de herança, e deseja apenas um novo, maior. A outra nunca conseguiu ter a casa própria, mora ainda de aluguel, somente agora começa a planejar a compra.

Além disso, o mais jovem é empreendedor, gosta de se aventurar no mundo dos negócios. O mais velho sempre quis permanecer como empregado, na segurança, sem arriscar o seu salário.

Observem que com essas informações adicionais, já podemos perceber que, mesmo se tratando de um mesmo objetivo, essas duas pessoas podem e talvez até tenham que optar por alternativas um pouco distintas de investimento.

Portanto, além do objetivo, é preciso também levar em consideração, antes de tomar as decisões de investimento, o perfil individual do investidor, conhecido no mercado como perfil de risco. E há duas diferentes dimensões do perfil de risco que devem ser analisadas: a capacidade de assumir risco; e a disposição em assumir o risco.

Capacidade de assumir risco

A capacidade que uma pessoa tem de assumir risco, quando o assunto é investimento, está relacionada a dois fatores: à relação valor a investir/patrimônio; e à fase do ciclo de vida em que a pessoa se encontra.

Suponha que duas pessoas tenham poupado neste mês R\$ 1.000,00 para investir. Para uma delas, esse montante representa a sua primeira e única poupança. A outra já tem reservas de R\$ 10.000,00.

É fácil perceber que, no primeiro caso, o valor a ser investido representa 100% (R\$ 1.000,00/R\$ 1.000,00) do patrimônio¹, enquanto para o segundo representa 10% (R\$ 1.000,00/R\$ 10.000,00). Ora, a primeira pessoa certamente sentiria muito mais uma possível perda do que a segunda. Por isso, diz-se que ela tem uma capacidade de assumir risco menor.

Mas além dessa relação patrimonial, há que se considerar também a fase do ciclo de vida em que a pessoa se encontra. Um jovem de 21 anos tem muito mais tempo para recuperar uma possível perda do que um senhor de 70 anos. Por outro lado, um indivíduo casado, que já tenha casa própria, já tenha pagado pelo estudo dos filhos, talvez possa arriscar um pouco mais do que outro que ainda precise se preparar para todas essas etapas da vida.

Importante

Quem escolhe correr riscos deve fazê-lo de forma consciente e estar preparado para que eventuais perdas não provoquem grandes danos. Por isso, evite aplicar a parte essencial do seu patrimônio em investimentos de alto risco.

Disposição em assumir risco

Imagine dois indivíduos de mesma idade, 25 anos, mesmo patrimônio, ambos passando pela mesma fase do ciclo de vida. Os dois definiram o mesmo objetivo, poupar para a aposentadoria, para daqui a 40 anos. Será que eles investiriam nos mesmos ativos? Será que as opções mais indicadas para um também serão para o outro?

Pode ser que não. Pode ser que em um caso, considerado o objetivo, um deles se sinta confortável em aplicar parte dos seus investimentos em renda variável, como ações, e o outro não. Talvez um deles não se sinta bem percebendo as possíveis variações no valor do seu investimento no decorrer do tempo. Portanto, mesmo que o objetivo, os prazos e a capacidade de assumir risco de uma pessoa indiquem a possibilidade de escolha de um determinado tipo de investimento, é preciso levar em conta ainda um último aspecto: **a disposição em assumir risco.**

¹ Nesse exemplo, para fins didáticos, não foram consideradas outras posses, como casa própria, carro etc.

No mercado financeiro, os investidores são classificados em três diferentes níveis de acordo com a disposição em assumir risco: conservador; moderado; ou arrojado².

- **Conservador:** privilegia a segurança e faz todo o possível para diminuir o risco de perdas, para isso aceitando até uma rentabilidade menor.
- **Moderado:** procura um equilíbrio entre segurança e rentabilidade e está disposto a correr certo risco para que o seu dinheiro renda um pouco mais do que as aplicações mais seguras.
- **Arrojado:** privilegia a rentabilidade e é capaz de correr grandes riscos para que seu investimento renda o máximo possível.

Você se considera um investidor conservador, moderado ou arrojado? Avaliar a capacidade de assumir risco é relativamente simples. Mas como medir a disposição em assumir risco? Uma autorreflexão pode ajudar.

Aqueles que têm perfil mais empreendedor, ou que preferem empregos com renda variável, pela expectativa de ganhar mais, tendem a ser moderados ou arrojados. Por outro lado, aqueles que não se arriscam no mundo dos negócios, ou que preferem alternativas de emprego estáveis e previsíveis, com salários fixos, talvez sejam mais conservadores.

O histórico de investimento também dá sinais. Se os investimentos sempre ficaram na caderneta de poupança, por exemplo, ou no máximo em títulos de bancos tradicionais, o investidor pode ser considerado mais conservador. Diferente dos que já aplicaram parcela de seu patrimônio em renda variável (desde que sabendo o que estavam fazendo), que podem ser mais moderados ou arrojados.

O mercado financeiro precisa seguir regras que exigem que o produto de investimento indicado a um cliente esteja adequado ao seu perfil de risco. Essa prática é conhecida no mercado pelo termo em inglês, *suitability*.

Em resumo, a norma que regulamenta o *suitability* determina que os profissionais do mercado³ não podem recomendar produtos, realizar operações ou prestar serviços sem que verifiquem sua adequação ao perfil do cliente.

Esses profissionais devem verificar se o produto, serviço ou operação é adequado aos objetivos de investimento do cliente, se a situação financeira do cliente é compatível com o produto, serviço ou operação, e ainda se o cliente possui conhecimento necessário para compreender os riscos relacionados ao produto, serviço ou operação.

Essa obrigação abrange os investimentos no mercado de valores mobiliários, o que inclui fundos de investimentos, ações, fundos imobiliários, debêntures, Certificados de Operações Estruturados etc.

² Há casos em que a classificação é feita em 5 níveis. Além disso, em geral, ao definir um cliente como conservador, moderado ou arrojado, normalmente as instituições também consideram a capacidade de assumir risco, não apenas a disposição em assumir o risco. Aqui, preferiu-se, por questões didáticas, separar esses conceitos.

³ As pessoas habilitadas a atuar como integrantes do sistema de distribuição e os consultores de valores mobiliários.

Na prática, para realizar essa verificação, as instituições solicitam ao cliente que preencham o chamado formulário de Análise do Perfil do Investidor (API), documento que contém uma série de perguntas a respeito do cliente e que, conjuntamente com as suas informações cadastrais, é utilizado para classificar o investidor como conversador, moderado ou arrojado, e a partir daí fazer as recomendações cabíveis.

Importante

A API é uma proteção ao investidor, e pode evitar que ele aporte recursos em investimentos que não estejam adequados aos seus objetivos e perfil de risco. Portanto, todo investidor deve preencher o formulário antes de realizar qualquer investimento, e principalmente, ser o mais honesto e transparente possível, para que o seu perfil represente de fato a realidade.

Em regra, é vedada a recomendação de produtos ou serviços ao cliente quando não adequados ao perfil, ou caso não sejam obtidas as informações que permitam a identificação do perfil do cliente, ou ainda se as informações relativas ao perfil do cliente não estejam atualizadas.

No entanto, a própria regulamentação admite hipóteses em que essas operações possam ocorrer, desde que o cliente ordene a realização e os profissionais, antes da primeira operação: alertem o cliente acerca da ausência ou desatualização de perfil ou da sua inadequação, com a indicação das causas da divergência; e obtenham declaração expressa do cliente de que está ciente da ausência, desatualização ou inadequação do seu perfil.

Esses alertas ou declarações, normalmente estão nos contratos assinados pelo cliente ou mesmo em e-mails e telefonemas gravados. Portanto, os investidores devem estar sempre atentos ao que assinam e às operações que autorizam.

Descobrir seu perfil pode ajudá-lo na escolha da aplicação mais adequada, desde que esta informação seja utilizada apenas como orientação (e não como verdade absoluta) e que sejam tomadas as precauções necessárias, antes e ao longo do investimento.

Assim, a título de exemplificação, podemos dizer que investimentos como Fundos de Renda Fixa, especialmente os Simples e Referenciados, Caderneta de Poupança, Certificados de Depósito Bancários – CDB, de bancos tradicionais, Títulos Públicos pós-fixados, entre outros, são mais compatíveis com investidores de perfil conservador.

No entanto, alguns investimentos, tais como Fundos Cambiais, Fundos de Renda Fixa, Fundos Multimercado, Ações e Debêntures, poderão ser considerados moderados ou arrojados dependendo, entre outros fatores, da política de investimento e do risco avaliado.

A importância da diversificação

Diversificar é a prática de dividir o dinheiro entre diferentes classes e tipos de investimentos, para reduzir o risco. Uma expressão que resume muito bem essa estratégia é: “Não ponha todos os ovos em uma única cesta”.

Historicamente, observou-se que alguns tipos diferentes de investimento podem oscilar de forma diferente. No momento em que uns registram queda, os outros acumulam ganhos ou permanecem inalterados, ou vice-versa.

Imaginem, por exemplo, que agentes reguladores de saúde descubrem que uma empresa do setor de alimentos não está seguindo os padrões mínimos exigidos de higiene. É muito provável que o mercado entenda que as vendas dessa empresa cairão e, conseqüentemente, os preços de negociação de suas ações também.

Entretanto, esse fato não impacta a maioria das outras empresas negociadas no mercado. Algumas podem até ter um impacto oposto. Concorrentes dessa hipotética empresa podem até vir a se beneficiar desse acontecimento. Temos um exemplo de um fato que afeta negativamente uma empresa, positivamente algumas e não tem qualquer impacto nas demais. A isso chamamos de risco específico ou diversificável.

Um investidor que detiver apenas ações da empresa afetada terá uma perda muito maior do que outro que tenha uma carteira diversificada com mais ações. É claro que o contrário pode acontecer. Um fato positivo, que afete apenas uma empresa, pode fazer com que suas ações subam, enquanto outras caiam ou permaneçam inalteradas. Nessa hipótese, o investidor que detiver apenas a ação afetada ganhará mais do que aquele que tiver uma carteira diversificada. Entretanto, assumiu um risco maior para isso. Mais uma vez, mostra-se a relação direta entre risco e retorno.

Deve-se ter em mente, entretanto, que a diversificação não é capaz de eliminar todo o risco de um investimento. Isso porque há fatos no mercado que afetam todos os ativos no mesmo sentido, seja positivo ou negativo. A expectativa de uma recessão econômica, por exemplo, muito provavelmente levará a uma queda nos preços de todos os ativos. A isso chamamos de risco sistêmico ou não diversificável.

Cuidados ao investir!

O investidor, além de atender aos seus objetivos e respeitar o seu perfil, deve estar sempre atento para evitar cair em fraudes. Para isso, é importante estar atento!

Promessa de lucros rápidos

Lembre-se que, em finanças, risco e retorno caminham juntos. Assim, quanto maior a rentabilidade esperada de um investimento, maior tende a ser o risco.

Portanto, desconfie de promessas “boas demais para ser verdade”. Não existe milagre. Antes de optar por um investimento, compare a rentabilidade prometida com a média do mercado e esteja sempre atento a promessas fora da realidade.

Fórmulas mágicas para investir

Veja ou outra, principalmente em fóruns ou em sites ditos especializados, surgem pessoas vendendo a ideia de que descobriram uma fórmula mágica para investir. Isso é muito comum no segmento de investimentos de renda variável, como ações, e em derivativos e outras opções não tradicionais.

Essas pessoas dizem ter conseguido um modelo “infalível” capaz de gerar ganhos consistentes com baixo risco. Cuidado!

O mercado financeiro, a precificação dos ativos de investimentos, administração de carteira, avaliação de empresas, entre outros conceitos fundamentais em finanças, são objeto de estudo há anos, e sabe-se que NÃO EXISTEM fórmulas mágicas.

Na prática, essas pessoas ou empresas querem é vender algum tipo de curso ou palestra para angariar recursos com base em informações muitas vezes não verdadeiras, ou para captar recursos dos investidores para esquemas fraudulentos.

Oferta feita por pessoas ou instituições não autorizadas

No mercado de valores mobiliários, as empresas, os profissionais e as ofertas de investimento devem ser autorizados e/ou registrados na Comissão de Valores Mobiliários. Portanto, antes de aderir a uma oferta ou negociar com uma empresa ou profissional, verifique se eles estão habilitados para tanto. Isso não é garantia de retorno, porque o mercado tem seus próprios riscos, mas pode minimizar bastante o risco de fraudes.

No site da autarquia, www.cvm.gov.br, é possível pesquisar os participantes do mercado. Em caso de dúvidas, pode-se entrar em contato com a CVM, pelo SAC, também disponível no site.

Informações e ofertas feitas via internet

Atualmente é muito fácil construir um site. E, assim como a vitrine de uma loja física pode chamar a atenção das pessoas que passam por ela, um site com visual agradável, bem apresentado e com textos bem escritos pode dar a impressão de um negócio confiável.

Mas cuidado! Muitas pessoas mal-intencionadas têm utilizado a internet para praticar golpes e fraudes, oferecendo produtos e serviços ou que não estão de acordo com a regulamentação ou que simplesmente nem existem.

Investimentos que você não entende como funcionam

Cada investidor tem a sua profissão, e não há como todos serem especialistas em investimentos. Mas o que se aconselha sempre é que os investidores, antes de aceitar uma oferta de investimento, procurem pelo menos entender as características básicas do negócio, no que se refere ao tripé retorno, risco e liquidez.

Caso não esteja conseguindo entender o mecanismo básico de funcionamento do investimento, não invista! Talvez ele contenha riscos adicionais ou não seja o mais adequado aos seus objetivos e perfil.

Considerações finais

A tomada de decisão de investimento é etapa fundamental na busca por um bem-estar financeiro melhor, uma vez que ajuda no alcance da tranquilidade financeira e na conquista dos objetivos de vida. No entanto, esse processo pode ser muitas vezes complexo para a maioria dos investidores.

Neste módulo, vimos que o investidor deve sempre tomar a sua decisão de investimento de forma planejada e consciente. Para isso, é preciso compreender as principais características de retorno, risco e liquidez dos investimentos, e definir adequadamente os objetivos.

Além disso, é preciso que o investidor esteja atento e respeite o seu perfil de risco, e que construa uma carteira diversificada, para reduzir seus riscos. Por fim, sugere-se uma série de cuidados que se deve ter ao investir, para ficar longe de fraudes e esquemas ilegais.

